

Ano letivo ainda não se perdeu, garante governo

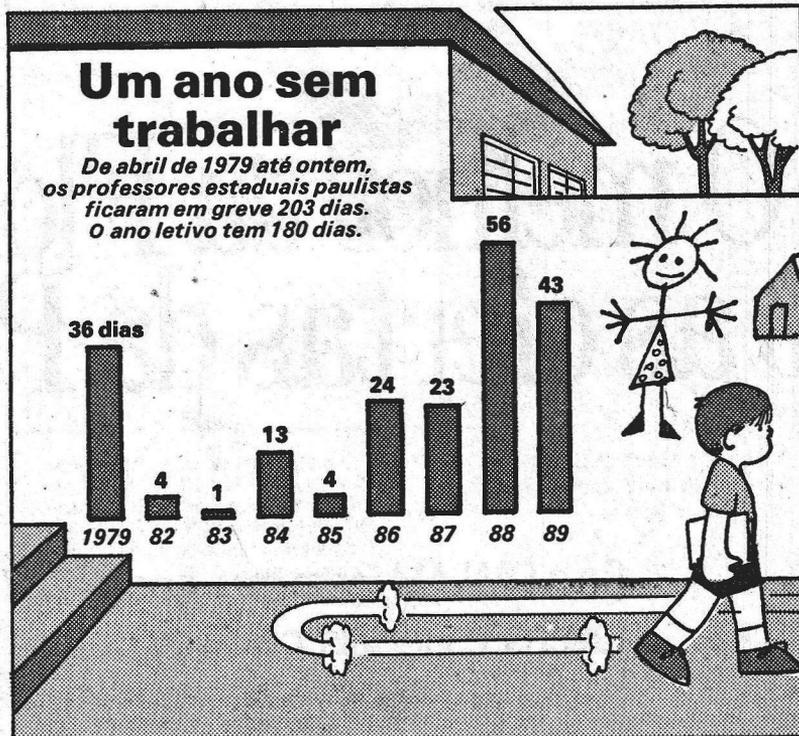
JOAQUIM DE CARVALHO

Embora a greve dos professores da rede estadual já dure 43 dias — um recorde de paralisação ininterrupta da categoria — a Secretaria de Educação não vê ainda nenhum risco de os alunos perderem o ano letivo. A professora Ana Clara Paes Tóbo, coordenadora de Estudos e Normas Pedagógicas da secretaria, explicou ontem que, se a greve terminasse hoje, as escolas que paralisaram totalmente suas aulas desde o início do movimento teriam que repor apenas 28 dias letivos — descontando feriados e fins de semana, este é o período em que efetivamente não houve aulas.

“Utilizando os dez dias de recesso de julho e mais os dias de dezembro, as escolas fecham o ano letivo sem nenhum prejuízo para os alunos”, disse Ana Clara. Segundo ela, que deu entrevista ao Estado juntamente com o coordenador de Ensino do Interior, Oscar Holme, a lei que rege o ensino no País estabelece que o ano escolar tenha, pelo menos, 180 dias de aulas.

Até 19 de abril, quando a greve começou ainda parcial, já haviam sido completados 42 dias letivos. Portanto, para fechar o ano, as escolas têm 215 dias (o que falta para o dia 31 de dezembro). É tempo suficiente para promover os 138 dias de aula que faltam. “Ainda que os 215 dias não sejam suficientes para cobrir o ano, as escolas podem perfeitamente utilizar os primeiros dias do próximo ano para cumprir o ano escolar de 89”, afirmou Holme.

Ana Clara anunciou que a Secretaria da Educação deve baixar uma portaria estabele-



RUY ASSUMPCÃO F.

cendo normas para o término do ano letivo. O documento será publicado no Diário Oficial assim que a greve terminar. “O calendário escolar prevê 10 dias de recesso em julho e 10 dias de recuperação em dezembro. Além disso, ele reserva alguns dias úteis do ano para as reuniões pedagógicas. Essas reuniões poderão ser transferidas para sábado, deixando os dias úteis e o período de recesso e recuperação para as aulas normais”, sugeriu a coordenadora.

Holme lembrou que essa portaria deverá apenas conter “as instruções básicas para as escolas, que vão decidir a melhor forma de fazer com que ter-

mine o ano letivo”. Para Ana Clara, “é importante ressaltar que, por enquanto, nenhuma criança da rede corre o risco de perder o ano por causa da greve”.

Apesar de não existir esse risco, os pais de alunos estão preocupados e organizam manifestações para apressar o reinício das aulas. Está marcado para hoje às 14 horas, na rua Itapura, no Tatuapé, São Paulo, uma passeata de pais e alunos da escola Professor João Borges: “Queremos que o governo resolva logo essa situação, atendendo a reivindicação dos professores”, disse a dona de casa Cleusa Leone Nascimento.